



Anais do XIV Colóquio Internacional "Educação e Contemporaneidade"

24 a 25 de setembro de 2020



Volume XIV, n. 2, set. 2020
ISSN: 1982-3657 | Prefixo DOI: 10.29380

**EIXO 2 - EDUCAÇÃO E INCLUSÃO. EDUCAÇÃO, INTERVENÇÕES SOCIAIS.
POLÍTICAS AFIRMATIVAS. EDUCAÇÃO NO CAMPO, MOVIMENTOS SOCIAIS.
EDUCAÇÃO E DIREITOS HUMANOS. EDUCAÇÃO PARA A PAZ.**

Editores responsáveis: **Veleida Anahi da Silva - Bernard Charlot**

DOI: <http://doi.org/10.29380/2020.14.02.07>

Recebido em: **14/07/2020**

Aprovado em: **20/07/2020**

**A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
TECNOLÓGICA CONSTITUIÇÃO E ACESSO PARA ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA**

ANDREA DUARTE DE OLIVEIRA

<https://orcid.org/0000-0003-2236-0149>

RESUMO:

O objetivo desse texto é pontuar e mensurar características básicas da inclusão de estudantes com deficiência, apontados nas condições de matrícula e ensino, contidos nos documentos norteadores da organização didático-pedagógica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul (IFMS); mais precisamente, nos cursos oferecidos na organização em níveis de Ensino Médio e Ensino Superior. Para esse fim, as buscas se concentraram em documentos públicos, localizados em sítios eletrônicos oficiais do Ministério da Educação, IFMS e demais Institutos Federais; também foram buscados textos e livros acadêmicos temáticos na área de atrelando-o a modalidade educação especial. Após leituras devidas, entendemos que, a efetivação da educação profissional tecnológica para estudantes com deficiência ainda possui limites.

PALAVRAS-CHAVE: Educação especial. Instituto Federal. Educação profissional tecnológica. Educação inclusiva. Políticas educacionais.

ABSTRACT:

The objective of this text is to score and measure basic characteristics of the inclusions of students with disabilities, pointed in the conditions of enrollment and teaching, contained in the guiding documents of the didactic-pedagogical organization of the Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul (IFMS); more precisely, in the courses offered in the organization at the Middle School and College courses. To this, searches focused on public documents, located on official websites of the Ministry of Education, IFMS and another Federal Institutes; thematic academic texts and books were also sought in the area, linking it to the special education modality. After due readings, we understand that, the implementation of technological professional education for students with disabilities still has limits.

KEYWORDS: Special Education. Instituto Federal. Techological professional Education. Inclusive Education. Educational policies.

RESUMEN

El propóstito de este texto es clarificar y medir las características básicas de la inclusión de estudiantes con discapacidades, señalados en las condiciones básicas de inscripción y enseñanza, contenidos en los documentos guía de la organización didactito-pedagógica del Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul (IFMS); más precisamente, en los cursos ofrecidos en la organización en los niveles de educación secundaria y superior. Con este fin, las búsquedas se centraron en documentos publicos ubicados en sítios web oficiales del Ministerio de Educación, IFMS y otros Institutos Federais. También se buscaron textos y libros académicos em el área, vinvulándolos con la modalidad de educación especial. Después de las lecturas debidas, entendemos quelá realización de la educación profesional tecnológica para estudiantes com discapacidades todavia tiene limites.

PALABRAS CLAVE: Educación especial. Instituto Federal. Educación tecnológica profesional. Educación inclusiva. Políticas educativas.

Introdução

O esteio do sistema educacional brasileiro é o Ensino Básico, que se constitui pelos níveis de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. Dentro desse contexto, fortalecida pela perspectiva política de educação para todos, no ano de 2008 é assinada a Lei nº 11.892 de 29 de Dezembro de 2008, que cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Esses Institutos ficam responsáveis pela modalidade educacional que conhecemos, atualmente por Educação Profissional Tecnológica (EPT), integrando diferentes níveis e modalidades do sistema educacional brasileiro para as dimensões de trabalho – ou profissionalização –, ciência e tecnologia; preparando indivíduos para o mundo do trabalho, integrando dois direitos fundamentais do cidadão que são educação e trabalho.

Para esse texto, especificamente, buscamos atrelar a Educação Profissional Tecnológica e a Educação Especial, nos cursos de Ensino Médio e Ensino Superior. Assim, nosso objetivo foi pontuar e mensurar características básicas da inclusão de estudantes com deficiência, apontados nas condições de matrícula e ensino, contidos nos documentos norteadores da organização didático-pedagógica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul (IFMS).

Para a execução do nosso objetivo, buscamos as informações que são disponibilizadas ao cidadão, através de documentos públicos disponibilizados nos sítios eletrônicos oficiais da Instituição pesquisada e do Ministério da Educação. Para o auxílio da contextualização e entrelaçar as modalidades de ensino, buscou-se discussões acadêmicas sobre EPT e Educação Especial, leis/documentos e editais oficiais; são estes: a Lei nº 11.982/08 que cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, Estatuto do IFMS, Regimento Geral do IFMS, Regulamento do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas – NAPNE, Projeto Pedagógico de Curso Técnico em Metalurgia, Projeto Pedagógico de Curso Técnico em Informática, Projeto Pedagógico de Curso Superior em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Projeto Pedagógico de Curso Superior de Tecnologia em Processos Metalúrgicos e os editais de seleção para os cursos Técnicos Integrados e Superiores de Graduação. O intervalo de tempo para apontar esses documentos são entre os anos de 2008 e 2017.

Vale, nesse momento, ressaltar que a perspectiva inicial da pesquisa era conhecer aspectos que remeteriam apenas ao Ensino Médio Técnico. Entretanto, durante a coleta de dados, estudando os documentos acessados no trâmite da pesquisa, entendeu-se a necessidade de incluir também, aferições acerca dos cursos de Nível Superior, trazendo não apenas maior quantidade de dados para a pesquisa, mas também pontos de indagação para continuidade da pesquisa em diferentes possibilidades de sujeitos e lugares de aprendizagem dentro da instituição de ensino referida. Assim como, trazer à pesquisa a realidade de um campus específico para mensurar de forma mais acurada alguns pontos enfáticos para a produção desse texto, no caso a Campus de Corumbá (cidade de Corumbá/MS).

A discussão dos temas ficou subsidiada pela perspectiva histórico dialética. Buscou-se entender a criação dos Institutos (em nível federal) para a promulgação de uma educação emancipatória, pensada com o objetivo de solidificar uma sociedade pautada em princípios de igualdade política, econômica e social, através do trabalho não mecanizado e estratificado em classes, mas pertencente ao processo de emancipação humana.

Após diálogos que não foram lineares, mas sim marcados por processos transitórios, compreendeu-se a importância e a ambição do projeto de criação dos Institutos numa perspectiva macrossocial. Contudo, observando os meandros desses processos, sobretudo relacionados a estudantes com

deficiência, mesmo as bases legais precisam de estudos mais densos e fundamentos para a concretização da inclusão de estudantes com deficiência na Educação Profissional Tecnológica.

Assim, essa produção se inicia expondo argumentações acerca das expectativas que abarcam a atual estrutura dos Institutos Federais que promulgam a Educação Profissional Tecnológica, propósitos e possíveis contradições datadas em sua estrutura. No segundo momento, busca-se o entrelace entre a Educação Profissional e a Educação Especial; mostra-se, de maneira superficial, a estrutura promovida pelo Estado, visando a inclusão de estudantes com deficiência.

Anterior aos últimos apontamentos do texto, há a exposição das informações obtidas sobre o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul e algumas especificidades sobre o Campus de Corumbá.

Sentidos e significados da existência dos Institutos

Ao início desse texto, se faz necessário ressaltar não apenas a importância da educação e de suas respectivas alusões aos níveis correspondentes de ensino. A dinâmica social de diferentes regiões geográficas, dentro ou fora do território brasileiro, constituem em amplos campos de embate ideológico, mensurando o quão dialético podem ser os espaços educacionais.

De acordo com Manfredi (2016) a escola – assim como diferentes instituições sociais – é uma organização social historicamente datada e situada; daí sua complexidade de análise, seu caminho de construção e reconstrução, determinado também por fatores sociais, políticos e econômicos que definem diferentes protagonistas sociais e interesses distintos.

A autora também aponta que, no imaginário social, a escola é uma instituição que prepara o indivíduo para o ingresso no mercado trabalho; um imaginário fetichista, que mostra se verdadeiro por causa do senso comum (KOSIK, 1976). Contudo, Manfredi esclarece que a escola é uma instituição que, ao longo da história, prepara “(...) grupos seletos de pessoas para o exercício do comando, do poder e da direção social.” (MANFREDI, 2016, p. 36).

A Educação Profissional, nos atuais moldes, é mais um ponto de existência, ou prática social, englobada pela instituição social “escola”. Dentro da sua dinâmica, deve qualificar o indivíduo para o trabalho e para o emprego.

Manfredi (2016) aponta para a diferença conceitual entre trabalho e emprego; e através do estudo da autora, podemos, brevemente, esclarecer tal diferença. Podemos entender trabalho como ocupação, ou mesmo função produtiva do indivíduo dentro da nossa dinâmica social. O processo de geração de emprego depende de condições sociopolíticas, distribuição de renda, desenvolvimento tecnológico e outros determinantes condicionadores do sistema de produção de cada sociedade.

Assim, a Educação Profissional Tecnológica adentra as relações entre escola e trabalho, demarcando distintos movimentos contraditórios, ressignificando a importância da educação formal para a qualificação social:

Isso significa dizer que a educação “no” e “para o” trabalho é um processo complexo de socialização e aculturação de jovens e adultos nos espaços de trabalho, entrecruzando-se com as aprendizagens realizadas em outros espaços socioculturais: bairro, escola, família, sindicato, partido, movimentos sociais e políticos, além de diferentes momentos da vida de cada sujeito-trabalhador. Trata-se de processos de aprendizagens multifacetados, mediados por relações de historicidade entre sujeitos, contextos e tempos. As

práticas educacionais intencionais, assim como a educação escolar, constituem, pois, uma dimensão específica desse complexo, intricado e dialético processo de socialização e aprendizagem (MANFREDI, 2016, p. 38 e 39).

Dentro dessa dinâmica complexa, a educação profissional desenrola diferentes projetos que expressam diferentes concepções de trabalho, de sociedade e, também, de educação. São processos ressignificados durante a construção histórica da instituição Escola.

É dentro dessa dinâmica que temos a Educação Profissional Tecnológica, que pensa a formação de trabalhadores, numa perspectiva coletiva, que vincula a formação ética e científica, em diferentes níveis, sendo o nível de Ensino Médio Técnico, um ponto específico por trabalhar conhecimentos acadêmicos de Nível Médio e articulações específicas profissionalizantes, criando espaços de diversos interesses e orientações de classes.

De tal modo, apesar de não ser foco dessa produção, destacamos que os moldes atuais da Educação Profissional Tecnológica são pautados pela Lei nº11.892/08, mas o sistema de ensino de profissionalização em nível de Ensino Médio já possui uma história de mais de 100 (cem) anos de existência, atuando em diferentes contextos de educação.

Pacheco (2015) defende que a iniciativa de implementação da atual conjuntura dos Institutos Federais é uma ação inovadora, contando com 38 (trinta e oito) institutos, com 400 (quatrocentos) campi espalhados pelo país. Ainda esclarece que esses devem ofertar:

(...) • educação básica, principalmente em cursos de ensino médio integrado à educação profissional técnica de nível médio;

• ensino técnico em geral;

• graduações tecnológicas, licenciatura e bacharelado em áreas em que a ciência e a tecnologia são componentes determinantes, em particular as engenharias, bem como programas de pós-graduação lato e stricto sensu, sem deixar de assegurar a formação inicial e continuada de trabalhadores (PACHECO, 2015, p. 20).

Essa organização de funcionamento e oferta de ensino faz com que os profissionais da educação atuantes construam diferentes itinerários de ações pedagógicas, criando possibilidades no mesmo espaço educacional, construindo diferentes vínculos e compartilhando espaços de aprendizagem nos diversos níveis de ensino aos quais se dedicarão (PACHECO, 2011).

Para Pacheco (2011; 2015) a oportunidade de ensino advinda dos institutos difere das demais instituições, na possibilidade de entrelaçar níveis de ensino, quando os profissionais da educação devem atuar nos direcionamentos entre ensino, pesquisa e extensão. Essas possibilidades de ação trabalham na “(...) superação da separação ciência/tecnologia e teoria/prática, na pesquisa como princípio educativo e científico, nas ações de extensão como forma de diálogo permanente com a sociedade, (...)” (PACHECO, 2015, p. 14); buscando a integração do ensino com a sociedade, rompendo com a ação educativa fragmentada, tão praticada nos diferentes contextos históricos na educação brasileira (MANFREDI, 2016).

Buscando as palavras de Frigotto (2018), em sua escrita sobre a existência dos Institutos Federais como um projeto societário de desenvolvimento, para qualificação de jovens pertencentes às massas populares, temos:

O consenso a ser construído é a luta prioritária pelo ensino médio universal, na perspectiva da escola unitária, omnilateral, tecnológica ou politécnica como direito social e subjetivo. Um ensino que não separa e sim integra, numa totalidade concreta, as dimensões humanísticas, técnicas, culturais e políticas e que também não estabelece dicotomia entre os conhecimentos gerais e específicos (p. 57).

Temos assim, a defesa uma formação cidadã, que antes dos aspectos laborais para o trabalho numa sociedade capitalista, precisa assegurar a compreensão do ser humano em desenvolvimento. A EPT, dentro das atividades de ensino, pesquisa e extensão, dissemina aspectos de ciência, tecnologia, arte, cultura, investigação científica, possibilitando autonomia intelectual para os estudantes (PACHECO, 2011).

Nosso objetivo central não é formar um profissional para o mercado, mas sim um cidadão para o mundo do trabalho – um cidadão que tanto poderia ser um técnico quanto um filósofo, um escritor. Significa superar o preconceito de classe de que um trabalhador não pode ser um intelectual, um artista. A música deve ser incentivada e fazer parte da formação de nossos alunos, assim como as artes plásticas, o teatro e a literatura. (PACHECO, 2015, p.11).

Ainda,

Trata-se de superar a divisão do ser humano entre o que pensa e aquele que trabalha, produzida pela divisão social do trabalho, presente na formação voltada ao “treinamento” para a execução de determinadas tarefas. Antes de formar o profissional, trata-se de formar o cidadão, capaz de compreender o processo produtivo e seu papel dentro dele, incluindo as relações sociais estabelecidas a partir daí (...) (PACHECO, 2015, p. 29).

Para Frigotto (2018), mesmo “(...) em sua imperfeição política e conceptual (...)” (p. 58) a EPT, através do ensino integrado, é uma escola viável aos estudantes que, advindos das classes populares, possuem a necessidade de se integrar ao mundo do trabalho, apoiando-se numa educação de

(...) concepção filosófica e epistemológica que permita uma formação integrada e integral ao longo dos quatro anos; e, como consequência, não ter a natureza profissionalizante stricto sensu e sim uma vinculação mais imediata com a compreensão do sistema produtivo em suas múltiplas formas e as bases científicas, técnicas, sociais, políticas e culturais que permitam entender e operar no seu interior não como trabalhador adestrado, mas como sujeito humano emancipado (...) (p. 58).

Assim pensa-se e ensina-se a dimensão do trabalho como prática econômica, mas também como um processo de satisfação de necessidades subjetivas, construindo no indivíduo a capacidade de gerar conhecimento na prática social, e projetando todas essas possibilidades na solidificação de uma sociedade mais organizada, produtiva e democrática.

Educação Profissional Tecnológica e Educação Especial

Após a leitura sobre a criação dos Institutos Federais e sua firme proposta de inclusão educacional e, consequentemente, social, podemos pensar sobre alguns preceitos já apontados em pesquisas diversas sobre a inclusão de estudantes com necessidades específicas nesses Institutos.

Rodrigues (2017), utiliza dados do Censo do ano de 2010 para apontar seu otimismo relacionado a ascensão social para pessoas com deficiência, e em particular o acesso ao ensino formal. De acordo com a autora – mesmo com todos os entraves, o protagonismo dessa parcela populacional vem marcando espaços entre escolas, universidades e mercado de trabalho. Pensando a inclusão educacional e a inserção no mercado de trabalho, a autora enfatiza: “(...) Agora, além de olhar para a Educação Especial inserida nas etapas da Educação Básica e no Ensino Superior, urge observá-la também como área de conhecimento fundamental na viabilização de processos de qualificação profissional da pessoa com deficiência (...)”. (RODRIGUES, 2017, p. 28)

A proposta de educação para todos e a importância de se incluir a população que usufrui do sistema de ensino público brasileiro como população atendida pelos Institutos, traz também a importância da inclusão de Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas – nomenclatura utilizada nos documentos oficiais encontrados que relacionam o atendimento para pessoas com deficiência e educação profissional – na EPT.

Nascimento e Faria (2013) vislumbram uma nova possibilidade de atendimento educacional descrevendo a ação Educação, Tecnologia e Profissionalização de Pessoas com Necessidades Específicas (TEC NEP), em meados dos anos 2000 com o destaque da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

Para os autores essa política “(...) possibilitou a quebra desse paradigma e, com a desmistificação do atendimento a esse público-alvo, nossas instituições se tornaram mais humanizadas” (NASCIMENTO e FARIA, 2013, p. 14), oferecendo uma oportunidade a mais de melhoria de vida para os grupos considerados marginalizados do nosso sistema, reconhecendo a diversidade como uma oportunidade de contribuir para o exercício da cidadania.

A TEC NEP, além de ser uma proposta de romper com o paradigma de exclusão social dentro dos Institutos Federais, também auxiliou na criação dos Núcleos de Atendimento à Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE's),

(...) que era e é o principal *locus* de atuação do processo de inclusão, com o(a) Coordenador(a) designado(a) por portaria do(a) então Diretor(a)-Geral. O corpo de apoio é composto por sociólogos, psicólogos, pais de estudantes, docentes, técnicos e os próprios estudantes que buscam, por meio de diversos caminhos, possibilidades para o ingresso, permanência e saída com sucesso de estudantes com necessidades específicas. (NASCIMENTO e FARIA, 2013, p. 19).

Veroneze e Santos (2018) ao descreverem parte do trabalho de inclusão no Instituto Federal do estado do Paraná, escrevem que, no ano de 2010, através do trabalho da TEC NEP, a

(...) Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), publica um Manual de Orientação, em ação direcionada aos Institutos Federais. Nesse manual, verificamos como devem ser instituídos os NAPNE (Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas): por portarias da

Reitoria (ou Direção-Geral) da Instituição, com a designação do(a) Coordenador(a), sem necessidade de designar os membros, que podem participar por adesão (VERONEZE e SANTOS, 2018, p. 105).

Nascimento e Faria (2013) entendem as práticas dessa ação defendidas em três momentos ao longo dos anos 2000 até 2009. O primeiro momento é de divulgação da ação, mobilização e sensibilização dos atores que compõe a teia educacional e tem contato com a Educação Especial. O segundo momento é o qual há a criação e consolidação dos grupos de gestores – aponta-se nesse momento o nascimento dos NAPNE's – passando por diversas ações, entre cursos, palestras e trabalhos em equipes, em diferentes Institutos e campi. E o terceiro momento aonde se desenvolvem recursos humanos e materiais de acompanhamento e tecnologia assistiva própria para estudantes com necessidades educacionais específicas. Os autores ainda salientam que haveria um quarto momento, para a instrumentalização dos NAPNE's, entretanto o setor responsável pela ação foi extinto no ano de 2011.

Grande parte do trabalho de inclusão de estudantes com necessidades específicas dentro dos Institutos Federais é direcionado pela ação dos Núcleos de Atendimento à Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE's). De acordo com Veroneze e Santos (2018), a principal função desse núcleo é criar a cultura da educação para convivência e aceitação da diversidade, possibilitando a inclusão educacional desses indivíduos;

(...) O NAPNE é o órgão responsável por articular setores e instituições e por fomentar a implantação e consolidação de políticas inclusivas no Instituto a fim de garantir acesso, permanência e êxito dos estudantes com necessidades educacionais específicas. (VERONEZE e SANTOS, 2018, p. 109).

Percebendo mais escritas sobre a educação de estudantes com necessidades específicas na EPT, encontramos alguns entraves na execução dessa dimensão educacional.

Para Alves (2015) a inclusão escolar é estruturada em práticas sociais, culturais e pedagógicas. Para a materialização da educação se faz necessária muito mais ações e tempos, esses aspectos não são ressaltados em muitas propostas nos documentos ou textos oficiais destinados à Educação Especial. Para o autor, muito além das regulamentações e documentos oficiais, as práticas cotidianas que observamos nas escolas são discriminatórias, segregadoras, explicitadas em diferentes analogias, semeando intensas contradições. O autor ressalta:

(...) Um dos grandes dilemas enfrentados pelo discurso da inclusão nos institutos federais é sua progressiva aproximação com os instrumentos de exclusão social, e, ainda o idealismo de seus pensadores, tendo em vista a institucionalização deste pensamento. (p. 6).

Ratificando o Alves (2015), Veroneze e Santos (2018) apontam algumas incongruências na existência e ação do NAPNE. Apesar possuir todo um manual de implementação, as autoras testemunham que não há uma padronização para ação do Núcleo em diferentes campi. Assim, cada local pensa e executa ações sem maiores nortes institucionais, sobretudo nos dias atuais. O registro de acompanhamentos ainda é documentado de maneira precária, não há uma política específica para aquisição de materiais, não há fomento para formação continuada na área de Inclusão ou Educação Especial para os integrantes do grupo – o que faz com que a busca de informações seja responsabilidade de cada membro –, não há função gratificada aos coordenadores do Núcleo nos campi, não há um espaço específico para todos os Núcleos. Essas são algumas das ponderações

descritas (VERONEZE e SANTOS, 2018).

Verificando essa dinâmica, podemos entender as palavras de Alves (2015) quando esse afirma que as ideias não caminham junto com as mudanças de valores, fazendo com que, ao buscarmos informações, nos deparemos com práticas passíveis de questionamentos. Para o autor:

O discurso da inclusão escolar nos institutos federais perde seu caráter renovador, deixando de se constituir na esperança de mudança social. O discurso da inclusão tende assim, a uma crescente rotinização podendo transformar-se em fontes de cooptação e de outro momento da história e da política, marcada pela latência da exclusão social. (ALVES, 2015, p. 7).

Rodrigues (2017), também apresenta inquietações acerca da atuação docente dos profissionais que lecionam para estudantes com deficiência. A autora atesta percepções de pesquisas de configuram a atuação histórica docente na EPT como o profissional especialista (bacharel) que “(...) ingressa na carreira docente como uma alternativa à sua profissão de origem(...)” (p. 39), sem maiores especificações à atuação e formação profissional pedagógica.

Nesse contexto profissional, especificamente, a ação pedagógica se direciona para a demanda do contexto laboral do estudante, mas não compreende a macrovisão da proposta de educação inclusiva que permeia todas as políticas educacionais que subsidiam a existências dos Institutos.

Entendemos a importância e o vigor de toda a estrutura legislativa e até física e arquitetônica para a EPT, principalmente quando pensamos na inclusão da sociedade como um todo. Porém, ainda nos deparamos com a realidade de que nem todos tem a mesma sensibilidade e disponibilidade para discutir e executar questões sobre inclusão e alinhar o discurso com a prática escolar. Tal dicotomia faz com que autores questionem o papel ou a simbologia da escola na vida de estudantes com necessidades educacionais específicas.

A partir do próximo item, poderemos perceber alguns pontos básicos sobre inclusão de estudantes com necessidades específicas no Instituto Federal de Ciência, Educação e Tecnologia de Mato Grosso do Sul (IFMS) através dos documentos recolhidos para leitura e análise.

Instituto Federal de Ciência, Educação e Tecnologia de Mato Grosso do Sul e documentos inclusivos

Nesse momento nos ateremos as particularidades do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul, o mesmo possui campi em 10 (dez) cidades. Para esse texto fizemos um recorte específico na constituição documental de quatro cursos específicos do Campus de Corumbá (cidade de Corumbá/MS). A necessidade surgiu a partir do ponto que fora identificado matrícula de estudantes com deficiência – necessidades educacionais específicas – no campus mencionado, já no ano de 2019. Assim, conseguiríamos apontar quais as bases legislativas que assegurariam a matrícula desses estudantes.

Para a pesquisa buscamos: a Lei nº 11.982/08 que cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (BRASIL, 2008); o Estatuto do IFMS, (MATO GROSSO DO SUL, 2016); o Regimento Geral do IFMS (MATO GROSSO DO SUL, 2017); o Regulamento do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas – NAPNE (MATO GROSSO DO SUL, 2016); o Projeto Pedagógico de Curso Técnico em Metalurgia (MATO GROSSO DO SUL, 2016); o Projeto Pedagógico de Curso Técnico em Informática (MATO GROSSO DO SUL, 2017); o Projeto Pedagógico de Curso Superior em Análise e Desenvolvimento de Sistemas (MATO GROSSO DO

SUL, 2017); o Projeto Pedagógico de Curso Superior de Tecnologia em Processos Metalúrgicos (MATO GROSSO DO SUL, 2017) e os editais dos anos de 2017 – para ingresso no ano de 2018 – para os cursos Técnicos Integrados e Superiores de Graduação.

Para auxiliar nas buscas do tema amparado nessa pesquisa, após a leitura inicial dos documentos listados acima, fez-se uma busca por palavras chave nesses mesmos textos que foram educação especial, educação inclusiva, inclusão, necessidade, deficiência, quando encontrados os verbetes ao longo dos textos, lia-se e fazia-se a correlação com o tema da pesquisa.

Os documentos que esclarecem a criação do IFMS e a regulamentação do NAPNE nos auxiliaram a entender parte da dinâmica de trabalho de ensino e inclusão do IFMS. Já os projetos pedagógicos nos ofereceram uma dimensão mais focada no Campus de Corumbá.

A Lei Nacional de Criação dos Institutos (BRASIL, 2008) perpetua o sentido da educação que visualizamos nos textos apresentados no início do nosso trabalho. Nessa lei não fora encontrada qualquer menção à Educação Especial ou pessoas com necessidades educacionais específicas. Porém, lê-se o “chamar” a sociedade para uma educação que contemple a estrutura para as necessidades de todos os estudantes.

Já o Estatuto do IFMS (MATO GROSSO DO SUL, 2016), dentro do seu Art 3º apresenta como um de seus princípios “(...) VI - inclusão de pessoas com deficiências e necessidades educacionais especiais; (...)” (p.7); também no seu Art 43, como função da Prós-Reitorias: “(...) III - Pró-Reitoria de Extensão: responsável pelas diretrizes e atividades de extensão estendidas à comunidade externa, bem como pelas relativas à inclusão, diversidade, estágio e acompanhamento do egresso (...)” (p. 20), nos mostrando a menção da importância do trabalho educacional inclusivo.

O Regimento Geral (MATO GROSSO DO SUL, 2017) aponta ações de inclusão social cabíveis a Diretoria de Assuntos Estudantis; também aponta em seu Capítulo V (Pró Reitoria de Extensão) ações que conjuguem a inclusão, acessibilidade e diversidade fomentando a responsabilidade social e ambiental dentro das dependências do Instituto. No Art. 93 é colocada à Diretoria de Extensão promover e gerenciar atividades, eventos, projetos, cursos e programas que visem atender as necessidades dos estudantes dentro de uma lógica humana e cooperativa; e no Art. 96 é ressaltada a existência do Núcleo de Atendimento à Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas.

Com relação aos documentos específicos ao Campus de Corumbá, durante a pesquisa não fora observado em ambos os Projetos Pedagógicos de Cursos Técnicos de Informática (2017) e Metalurgia (2010) proposições, ações ou ideias para inclusão de estudantes com necessidades educacionais específicas. Uma particularidade, no mínimo, interessante; entendendo que há matrículas de estudantes com necessidades específicas nos cursos de nível Médio Técnico e o documentos que viabilizam a existência desses mesmos cursos não mencionam tal realidade.

Ambos os Projetos Pedagógicos de Cursos Superiores – Análise e Desenvolvimento de Sistemas e Tecnologia em Processos Metalúrgicos, mencionam a existência do NAPNE sob a responsabilidade de garantir o acesso e permanência de estudantes com “necessidades educacionais especiais” na instituição; “(...) Para isso, realiza o trabalho de captação de agentes formadores, orientação aos docentes e atendimento às famílias para encaminhamentos quando necessário.” (MATO GROSSO DO SUL, 2016, p. 75). O mesmo texto aparece nos dois documentos.

O curso superior de Análise e Desenvolvimento de Sistemas oferece, dentro da sua Matriz Curricular, no Sexto Período do curso – correspondente ao sexto semestre –, a disciplina optativa “Tecnologias Assistivas e Acessibilidade” – carga horária 40 horas –, cuja ementa se desenvolve com o objetivo de fomentar a inclusão digital e a acessibilidade através de dispositivos computacionais e tecnologias de informação e comunicação junto à possibilidades de Tecnologias Assistivas.

Uma particularidade na pesquisa eletrônica foi encontrar os editais de seleção para entrada nos cursos de níveis médio técnico e superior tecnológico do ano de 2017, para ingresso no início do ano de 2018. Os editais ofereciam 10% do total de vagas para pessoas com deficiência, sendo então, quatro vagas, em cada um dos cursos – pautados nessa pesquisa –, oferecidas para pessoas com deficiência. Quando verificados os editais dos anos anteriores, não havia essa oferta de vagas (MATO GROSSO DO SUL, 2017).

O último documento mencionado é o documento que, oficialmente, rege a oferta de apoio – ou amparo – à Educação Especial dentro do IFMS: o Regulamento do NAPNE/IFMS.

Ao ler-se o primeiro capítulo nós já observamos a finalidade do Núcleo:

Art 3º O Núcleo tem como finalidade definir normas de inclusão a serem praticadas no Instituto Federal de Mato Grosso do Sul - IFMS, promover a cultura de convivência, respeito à diferença e buscar a superação de obstáculos arquitetônicos e atitudinais, de modo a garantir democraticamente a prática da inclusão social como diretriz na instituição (MATO GROSSO DO SUL, 2016, p. 7).

O documento também mostra quais as características que definem a população atendida por esse regulamento, são elas as que possuem Altas Habilidades/Superdotação, Transtornos Globais do Desenvolvimento ou outros transtornos de aprendizagem, deficiência física, deficiência auditiva, deficiência visual, deficiência mental, deficiência múltipla e pessoa com mobilidade reduzida (MATO GROSSO DO SUL, 2016).

Novamente, colocamos aqui uma classificação já apresentada no texto. A que, de acordo com Nascimento e Faria (2013) aponta que o NAPNE é composto pelas profissões da sociologia, psicologia, estudantes e familiares, docentes e técnicos. Em nenhum momento do documento referido é definido a formação ou profissão, mas sim é ressaltada a importância de uma equipe multidisciplinar e que os membros do Núcleo possam ser voluntários da comunidade escolar, sem a exigência de uma formação específica (MATO GROSSO DO SUL, 2016).

Entre as várias atribuições e competências da equipe estão:

Art 7º Ao Napne compete:

I - propor políticas de inclusão no âmbito institucional;

II - prestar, em conjunto com os demais setores dos campi, ações de atendimento aos estudantes com necessidades educacionais específicas;

III - articular os diversos setores da instituição, nas diversas atividades relativas à inclusão educacional, definindo prioridades de ações nas práticas educativas;

IV - avaliar as diretrizes e metas a serem alcançadas;

V - manifestar-se sobre assuntos administrativos e didático-pedagógicos;

VI - apreciar assuntos concernentes à superação de obstáculos arquitetônicos;

VII - buscar recursos e propor capacitações para a execução de projetos

assistenciais;

VIII - promover eventos que envolvam a sensibilização e formação de servidores para as práticas inclusivas em âmbito institucional;

IX - oferecer suporte aos projetos de inclusão;

X - propor parcerias com instituições públicas e privadas, associações, cooperativas, Organizações Não Governamentais (ONGs) e órgãos representativos de Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas;

XI - prestar assessoria aos dirigentes dos campi em questões relativas à inclusão educacional e suas especificidades. (MATO GROSSO DO SUL, 2016, p. 9).

Verificando a lista acima e as competências destrinchadas entre as funções de coordenação e participação contemplamos a responsabilidade de um núcleo de natureza consultiva e executiva, subordinado a uma Pró-Reitoria de Extensão, abrindo a possibilidade de participação comunitária, mas sem a garantia da formação específica para pensar e debater as necessidades próprias da modalidade da Educação Especial. Também é apresentado no regulamento que a equipe precisa pensar, buscar e executar ações de cunho inclusivo, registrar essas ações, com convocações trimestrais, apresentar relatórios semestrais, sem que nenhuma dessas ações prejudiquem a rotina institucional dos participantes do núcleo. Um compromisso, no mínimo, trabalhoso.

Últimos apontamentos

Nesse momento, podemos direcionar alguns limites da pesquisa até o momento no espaço específico do campus escolhido para afinar a aplicabilidade dos documentos que acercam a inclusão de estudantes com deficiência: constituição e atuação do NAPNE, adaptações curriculares, atuação de profissionais de apoio, formação docente para atuação na Educação Especial, saberes profissionais/pedagógicos e perspectivas profissionais aferidas pelos docentes que atuam na educação de estudantes com deficiência. Outro ponto é a constituição de um atendimento especializado nos cursos de Ensino Médio técnico não orientado pelo Projeto Político Pedagógico, já que ambos os documentos não apresentam menção à Educação Especial ou estudantes com necessidades específicas.

Por se tratar de um momento documental, essas limitações são inquietações com perspectivas de questionamentos e, provavelmente, pesquisas posteriores.

O que visualizamos até o devido momento dessa pesquisa é a aspiração da constituição dos Institutos Federais desde o ano de 2008, numa proposta regulamentada de maneira ambiciosa para o histórico educacional do Brasil.

Oferecer um ensino profissional, tecnológico, acadêmico, humanista, voltado para a apreciação da cultura e da arte como um projeto de sociedade; pensando o trabalho como uma via de sustentação monetária na sociedade capitalista, porém pensando esse trabalho como constituinte da formação humana, como um processo individual e social ainda mais num sistema voltado para a classe popular, afinal de contas estamos falando de ensino público gratuito, normalmente voltado para os filhos da classe trabalhadora é uma perspectiva que engrandece qualquer primeira leitura.

Entretanto, a inclusão social proposta não abarca toda essa massa popular em idade escolar, sobretudo quando pensamos que grande parte da população com deficiência advém das camadas

menos favorecidas economicamente.

Os textos que enaltecem a proposta, não conjugam a aplicabilidade da educação dentro dos Institutos, eles explicam a proposta, o projeto. Entretanto, as pesquisas que nomeiam o cotidiano escolar apontam para falhas, lacunas e continuidade de políticas e regulamentações superficiais, ambíguas e que não oferecem subsídios para a implementação de uma educação inclusiva, sobretudo para pessoas com deficiência, ou com necessidades educacionais específicas.

Um ponto interessante é o pensamento de se propor que os docentes que adentram a Educação Profissional Tecnológica irão vivenciar e implementar diferentes metodologias em diferentes níveis de ensino. Grande parte do corpo docente dos Institutos não são licenciados, portanto, chegam ao seu local de trabalho sem formação específica para atuar, e por vezes, sem experiência na função docente também. Pensa-se como esse profissional irá atuar com um estudante que possui necessidades educacionais específicas. Ainda mais, depender de um núcleo que, de acordo com as pesquisas, ainda não possui identidade de trabalho, método de trabalho, formação específica ou tempo específico de planejamento e atuação.

Para a documentação que fora encontrada temos alguns direcionamentos. Muitas das menções apenas afirmam a existência de inclusão educacional, mas apenas isso. Não há menção de estrutura, processos, linearidade histórica para entendermos quais aspectos foram bem sucedidos e quais precisam ser aprimorados.

As equipes de coordenações de cursos aparentam trabalharem isoladas, pensando que os documentos estão em anos diferenciados e nomenclaturas diferenciadas. Apesar de se fixarem no mesmo espaço físico, ainda não há diálogo afirmando transversalidade, interdisciplinariedade, portanto fica mais difícil pensar numa atuação educacional inclusiva.

O ponto mais preocupante é a como os docentes da EPT percebem essa perspectiva educacional para estudantes com necessidades educacionais específicas, sendo que muitos não passaram pelo processo de formação docente; qual é o perfil educacional do profissional com bacharelado que ministra conteúdos para esses estudantes? São pontos que a essa pesquisa ainda nem chegou perto de desvendar, mas já é um horizonte a buscar.

REFERÊNCIAS

ALVES, S. R. J. **O discurso da inclusão**.
<http://eventos.ifc.edu.br/seminariointegrado/wp-content/uploads/sites/4/2015/03/O-DISCURSO-DA-INCLUSÃO>

BRASIL. **Lei nº 11.892**, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm. Acesso em 11 ago. 2019.

FRIGOTTO, G. Projeto societário, ensino médio integrado e educação profissional: o paradoxo da falta e sua relação com o ensino médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2007.

KOSIK, K. **A dialética do concreto**. 3ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

MANFREDI, S. M. **Educação Profissional no Brasil**: atores e cenários ao longo da história. Jundiaí: Paco Ed

MATO GROSSO DO SUL. **Projeto Pedagógico de Curso**.
<http://www.ifms.edu.br/centrais-de-conteudo/documentos-institucionais/projetos-pedagogicos/projetos-pedagogicos>
2019.

MATO GROSSO DO SUL. **Regulamento Núcleo de Atendimento às pessoas com deficiência**.
<http://www.ifms.edu.br/centrais-de-conteudo/documentos-institucionais/regulamentos/regulamento-do-nucleo>

MATO GROSSO DO SUL. **Estatuto do IFMS**. Julho/2016. Disponível em: <http://www.ifms.edu.br/centrais-de-conteudo/documentos-institucionais/estatuto-do-ifms>

MATO GROSSO DO SUL. **Projeto Pedagógico de Curso – Superior de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos**.
<http://www.ifms.edu.br/centrais-de-conteudo/documentos-institucionais/projetos-pedagogicos/projetos-pedagogicos>
em 11 ago. 2019.

MATO GROSSO DO SUL. **Regimento Geral do IFMS**. Julho/2017. Disponível em: <http://www.ifms.edu.br/centrais-de-conteudo/documentos-institucionais/regimento-geral-do-ifms>

MATO GROSSO DO SUL. **Projeto Pedagógico de Curso – Superior de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos**.
<http://www.ifms.edu.br/centrais-de-conteudo/documentos-institucionais/projetos-pedagogicos/projetos-pedagogicos>
Acesso em 11 ago. 2019.

MATO GROSSO DO SUL. **Projeto Pedagógico de Curso – Superior de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos**.
<http://www.ifms.edu.br/centrais-de-conteudo/documentos-institucionais/projetos-pedagogicos/projetos-pedagogicos>
2019.

MATO GROSSO DO SUL. **Edital nº066/2017 – Proen/IFMS**. Edital o Exame de Seleção para o 1º semestre de 2017.
<http://www.ifms.edu.br/noticias/ultima-semana-de-inscricao-para-cursos-tecnicos-integrados-ao-ensino-medio>

MATO GROSSO DO SUL. **Edital nº085/2017**. Processo Seletivo para ingresso nos cursos superiores de 2017.
<http://selecao.ifms.edu.br/edital/files/ensino-superior-edital-no-085-2017-edital-085-2017-edital-de-abertura-si>

NASCIMENTO, F.; FARIA, R. A questão da inclusão na rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. S.(Orgs.). **Educação Profissional e Tecnológica Inclusiva**: um caminho em construção. Brasília: IFB, 2013.

PACHECO, E. Institutos Federais: uma revolução da educação profissional e tecnológica. In.: PACHECO, E. São Paulo: Moderna, 2011.

PACHECO, E. **Fundamentos Políticos-Pedagógicos dos Institutos Federais** – Diretrizes para uma educação de pessoas com **deficiência em cursos profissionalizantes**: ressonâncias na formação continuada e nas práticas pedagógicas d

VERONEZE, C. C.; SANTOS, A. R. B. dos. Instituto Federal do Paraná e inclusão: um panorama de aten
PINTO, L. R. (Orgs.). **Educação Profissional e tecnológica**: história, práticas e currículo. Curitiba: Editora IF

* Andréa Duarte de Oliveira – Mestre. Pedagoga. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul (IFMS), andreamadaloni@gmail.com